

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência do senhor Vereador António Pinto Carreira, por se encontrar em representação do senhor Presidente da Câmara em Ingolstadt, Munique, na República Federal da Alemanha, para participar no Seminário Europeu cujo tema: *“Expectativas económicas em Portugal, relativamente ao contributo da qualificação e mobilidade Juvenil”*.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Presidente

Secretária

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CHEFE HUMBERTO COSTA (COD.14)**

A Câmara Municipal manifestou o seu profundo pesar pelo falecimento de Humberto Costa, um exemplo de vida para todos, pelo seu empenho e dedicação à vida pública e à comunidade lamecense, tendo-se distinguido pela promoção dos valores e princípios associados ao movimento Escutista e pelo trabalho desenvolvido em prol de diversas instituições de solidariedade social. Recordamos a sua fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina.

À família enlutada, o executivo expressou os mais profundos pesares e sentidas condolências, considerando uma enorme perda o falecimento de tão insigne filho de Lamego, enaltecendo a nobreza de carácter e o seu enorme sentido de dever e responsabilidade social. Honremos a sua memória.

**PROTEÇÃO CIVIL (COD. 52)**

O senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** informou o executivo que decorreu no Salão Nobre, no passado dia 23 de novembro de 2012, o “IV Fórum de Manutenção Invernal”, promovido pela Operscut e com a colaboração desta Câmara Municipal.

Os fenómenos inverniais, concretamente a neve e o gelo foram abordados numa perspetiva científica, bem como o modo de ativação, tendo em vista a minimização dos seus impactos no nosso território.

Estiveram presentes os diversos agentes de proteção civil e Municípios confinantes com a A24, o que se revelou também de grande sensibilização da temática, sendo apresentados os meios e equipamentos existentes, bem como a coordenação e comunicação com as autoridades policiais e municipais.

Deixou, aqui, uma nota de reconhecimento à Operscut, por mais uma iniciativa de grande alcance e relevância, que muito afeta as populações desta região no período invernal.

O senhor **Presidente da Câmara** deixou uma nota bastante positiva de facto a Operscut opera em toda a A24 e tem sido extremamente disponível sempre que é solicitada a sua intervenção, nomeadamente com a cedência de sal para colocação nas estradas geladas.

**SERVIÇOS SOCIAIS (COD. 57)**

Presidente

Secretária

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** informou o executivo que o Centro de Informação Europe Direct (CIED) realizou a 2ª Campanha de Recolha de Alimentos nos hipermercados da cidade (Pingo Doce, E.Leclerc e Continente), com o objetivo de criar um espírito de voluntariado permanente e reconhecer o voluntariado como um recurso ativo das populações e um instrumento para combater a pobreza e a exclusão social, reforçando valores europeus importantes como a solidariedade e a coesão, além de potenciar maior qualidade nas respostas sociais às famílias carenciadas, que se pautou por uma prestimosa colaboração da população e dos voluntários da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e dos Escoteiros do Agrupamento 49, conseguindo-se uma grande quantidade de alimentos que irão ser distribuídos oportunamente, coordenados com a Ação Social.

#### CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** informou o executivo que esteve presente, em representação do senhor Presidente da Câmara na entrega de Prémio Almeida Fernandes em Ponte de Lima, cerimónia que decorreu bastante bem, muito bem organizada.

#### CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu-se à realização das *III Conferências do Douro Sul* que decorreram no Teatro Ribeiro Conceição em Lamego, no passado dia 18 de novembro, onde presidentes de câmara e de juntas de freguesia lamentaram os problemas de governança local, nomeadamente a falta de “espessura institucional e massa crítica”, e a ausência de uma visão estratégica que desenvolva a região e que está a sufocar a economia local e a acelerar a desertificação do território. Neste sentido foi apresentado um estudo estratégico para o Douro Sul, elaborado pelo Prof. Augusto Mateus. O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a presença, na abertura das conferências, do Sr. ministro da administração interna, Dr. Miguel Macedo.

#### CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou, ainda, o executivo que esteve em representação da Beira Douro na Tuscânia de 18 a 22 de novembro.

Presidente

Secretária

**EMPRESAS MUNICIPAIS (COD 22-A)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 17757, datado de 15 de novembro de 2012, emanado do Tribunal de Contas, comunicando que por despacho do Excelentíssimo senhor Juiz Conselheiro foi decidido não prosseguir com o apuramento de eventual responsabilidade financeira por pagamentos antes da pronúncia deste Tribunal, em sede de fiscalização prévia.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

O Vereador do Partido Socialista, senhor **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, proferiu o seguinte comentário: *“Registo com agrado a informação que é transmitida a esta Câmara Municipal que demonstra que o Tribunal Contas está a cumprir a sua missão, e ao mesmo tempo manifesto também a minha perplexidade pelo facto de ter agora conhecimento de um pedido de informação, que já foi feito em Maio de 2012, mas que só agora chega ao nosso conhecimento.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: *“A informação foi prestada no momento adequado, que foi quando o Tribunal de Contas notificou o município da conclusão do processo. Durante o decorrer do processo os pedidos de informação à Câmara, que são respondidos pelos serviços e não se justifica ser comunicado ao executivo nessa fase.”*

**EMPRESAS MUNICIPAIS (COD 22-A)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 495, datado de 6 de novembro de 2012, emanado da empresa municipal Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, que vem acompanhado dos relatórios efetuados por um perito no âmbito dos estudos de avaliação e reavaliação ao Centro Multiusos de Lamego, ao Teatro Ribeiro Conceição e às Piscinas Municipais Descobertas e Cobertas.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**JUNTAS DE FREGUESIA (COD 37)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do e.mail, datado de 16 de novembro de 2012, emanado da Junta de Freguesia de

Presidente

Secretária

Penude, convidando todos os vereadores deste Município para estarem presentes, no dia 16 de dezembro, na celebração da festa de Natal dos Avós da freguesia de Penude.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

#### RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 22 de novembro de 2012, cuja dotação orçamental é de 1.668.165,32 € e a dotação não orçamental é de 83.906,73 €.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

### ORDEM DO DIA

#### **01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 13 de novembro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

#### **02-ASSUNTO:** APLICAÇÃO DA TARIFA DE FUGAS EM CONSUMOS ELEVADOS (COD 01)

**REQUERENTE:** AGOSTINHO DE SOUSA

**LOCAL:** LUGAR DA ENCOSTA DE MAGUSTIM - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 596/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 715/DMSU, de 2 de novembro de 2012, seja autorizada a retificação das faturas n.º 100088/12, de agosto, e 113504/12, de setembro, referente à instalação n.º 712, com base na tarifa de fugas prevista no Capítulo XI, ponto 2.3, do artigo 2.º da Tabela Geral de Taxas e Licenças, ao abrigo do n.º 5 do artigo 40.º do Regulamento de Águas.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

**03-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DE ÁGUA (COD 01)****REQUERENTE: MARIA ALCINA CONCEIÇÃO CHOÇA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 597/01/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao pedido da senhora Maria Alcina Conceição Choça, residente na Rua da Seara, n.º 110 – 2.º, solicita o pagamento da dívida da água, referente à instalação n.º 7605, em oito prestações mensais, alegando não ter possibilidades económicas para o fazer na totalidade.

De acordo com a informação n.º 738/DMSU, de 13/11/12, foi emitido pela Tesouraria Municipal o respetivo plano de pagamentos em 8 prestações mensais de 47,86 €, iguais e sucessivas, do valor em dívida e cujo montante se cifra em 334,99€, pelo que propõe à Câmara se digne deliberar a aprovação do referido plano, onde consta o número de prestações, o valor de cada uma e prazo de pagamento. A requerente deverá apresentar atestado de insuficiência económica emitido pela respetiva junta de freguesia.

Deve ser dado conhecimento ao requerente de que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia da liquidação e que a falta de pagamento de uma das prestações, implica a exigibilidade da totalidade das restantes e a sujeição ao corte imediato do fornecimento de água. Para além do cumprimento do estabelecido no presente plano, deverá manter regularizada a faturação mensal respeitante ao fornecimento de água da sua habitação.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

**04-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 17)****ARGUIDA: MARIA RODRIGUES ALVES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 598/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, a qual refere que no seguimento do requerimento apresentado por Victor Manuel Pessoa Branco de Oliveira, alertando para que nos quintais sitos nas costas da Rua de Almacave (Castelo), seja efetuada a limpeza e gestão de combustível, pondo em perigo, em caso de incêndio, as habitações circundantes.

No âmbito da instrução do processo de contraordenação n.º 68/2012, instaurado a Maria Rodrigues Alves, resultou provado que na data a que se reportam os factos,

Presidente

Secretária

Maria Rodrigues Alves já tinha falecido, sendo cabeça de casal da herança aberta por óbito desta, Maria Carmélia Rodrigues Alves Lima.

Assim, propõe à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho datado de 29 de outubro de 2012, no qual determinou a instauração do processo de contraordenação a Maria Carmélia Rodrigues Alves Lima.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**05-ASSUNTO:** MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM O INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P. (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 599/20/12, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo que seja aprovada a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Lamego e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., tendo por objetivo a gestão/utilização das instalações e dos equipamentos que constituem o Complexo Desportivo de Lamego, (Estádio de Futebol e Pavilhão Desportivo), pelo prazo de 5 anos, sendo renovado automaticamente por igual período.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: “Não posso solidarizar-me com este protocolo, em que se transfere a gestão do estádio de futebol e do pavilhão desportivo do Complexo para a Câmara Municipal e, portanto, admitindo que todos os encargos inerentes a essa gestão passarão para a exclusiva responsabilidade do Município de Lamego, sem quaisquer contrapartidas materiais; sem sabermos quanto é que isso nos vai custar; e não fazendo sequer ideia se vamos ter meios de financiamento próprios que consigam suportar tais encargos. Ainda, por cima sem qualquer tipo de contrapartida e/ou co-responsabilidade da outra parte contratual, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., pelo que opto pela abstenção na presente proposta.”

**06-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS DE S. NICOLAU - PRETAROUCA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 600/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações

Presidente

Secretária

introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-estoura, no dia 22 e 23 de dezembro de 2012, das 00.00 horas às 01.00 horas, para a realização das Festas em Honra de S. Nicolau, a realizar na freguesia de Pretarouca.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**07-ASSUNTO:** ADJUDICAÇÃO DA OBRA "REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO EIXO BARROCO" - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 41)

Presente proposta de deliberação n.º 602/41/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal propondo que seja ratificado o seu despacho, datado de 17 de novembro de 2012, no qual adjudicou à firma Francisco Pereira Marinho e Irmãos, S.A., a obra de "Requalificação do Espaço Público do Eixo Barroco", pelo custo de 2.562.308,15 € (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e oito euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e o voto contra do vereador do Partido Socialista, senhor Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *"Voto contra esta proposta de ratificação, em primeiro lugar e desde logo porque o senhor Presidente da Câmara não honrou a sua palavra quando se comprometeu a realizar um teste rodoviário na zona de intervenção deste projeto, anulando temporariamente a circulação na Rotunda do Soldado Desconhecido, para verificação dos efeitos que iria provocar a sua hipotética suspensão definitiva. Dado que a obra já foi adjudicada, tal ensaio deixa de ter qualquer pertinência ou sentido de oportunidade.*

*Em segundo lugar esta decisão não nos refere nem esclarece se tal obra possui já, ou não, a aprovação formal da candidatura ao QREN, porque as informações obtidas sobre esta matéria apontam para o facto de tal candidatura aos fundos comunitários ainda não estar desbloqueada.*

*Finalmente, e mais importante que tudo o resto, voto contra por considerar que a presente obra é um verdadeiro "crime" de lesa património contra a cidade de Lamego e contra todos os lamecenses que se revêm nesta imagem de marca de altíssima qualidade urbana, a exigir apenas melhorias no que toca ao seu mobiliário constitutivo e rede de infraestruturas de saneamento básico, mas jamais alterando profundamente a fisionomia geral do belíssimo desenho e configuração existentes,*



Presidente

Secretária

*como agora se pretende fazer. Mantêm-se, portanto, todas as dúvidas sobre a bondade das alterações propostas, nos termos já enunciados anteriormente, ou seja, não melhorando, do ponto de vista estético, a beleza existente, sedimentada e historicamente datada, e que é a “marca” primordial de grande impacto turístico nacional e internacional do nosso lindíssimo centro histórico de Lamego; não resolve, antes prejudica, a circulação rodoviária no coração da cidade, por estreitamento despropositado da via e anulação da escapatória rodoviária que a Rotunda do Soldado Desconhecido propiciava, sem que ainda exista uma alternativa válida à circulação no centro histórico (a tão necessária quanto permanentemente adiada circular externa, que tarda em ser concluída); e destrói, finalmente, uma componente importantíssima da história urbanística da nossa cidade, retirando-lhe identidade e singularidade, transformando o identitário centro histórico de Lamego num espaço público banal, por igual ou parecido a tantos outros que vemos pulularem por tantas outras cidades portuguesas. Trocar a singularidade pela vulgaridade não me parece ser a melhor opção para Lamego, e muito menos nos tempos difíceis que correm atualmente.*

*A dupla avenida do centro histórico de Lamego é a imagem de marca patrimonial e urbanística da nossa cidade, e devia ser respeitada até como preito de homenagem aos nossos antecessores e figuras ilustres da nossa terra, que tanto engrandeceram e melhoraram a nossa vetusta cidade de Lamego, sem com isso a endividarem abstrusamente, como acontece hoje em dia.*

*Daqui a razão do meu voto contra.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: “Não compreendo a grande confusão que o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro traz a esta discussão pois não pode confundir as pedrinhas que fazem uma calçada com 30 ou 40 anos, com o património construído durante séculos na Av. Visconde Guedes Teixeira e na Av. Alfredo de Sousa. O património de facto não está ali no chão da avenida. Está no património construído, nas pessoas, nas vivências e nas atividades económicas e temos de o manter e modernizar, assegurando novas funcionalidades para aquela avenida.

*Compreendo que o senhor Vereador Agostinho Ribeiro não goste que seja este executivo a deixar a sua marca numa zona tão importante e tão simbólica da nossa cidade, mas as obras só nascem pela mão de quem as sabe fazer, de quem tem a coragem para as fazer e de quem tem a capacidade de encontrar os recursos*

Presidente

Secretária

*financeiros necessários. Acho estranho, muito estranho, que venha chamar a atenção numa obra tão vasta, de tão grande envergadura, que vai alterar tantas coisas, que venha por a tónica no aspeto rodoviário que é o que tem menos importância e que contraria tudo aquilo que se faz em todas as cidades patrimoniais do mundo, que é defender as zonas de maior concentração e importância patrimonial, dando-lhes natureza pedonal, de vivência das populações, e dos visitantes e não as transformando em meras estradas, onde passa o trânsito, que hoje, infelizmente, as portagens voltaram a trazer para o centro da nossa cidade.*

*Quanto ao cumprir a minha palavra, cumpro sempre a minha palavra! Disse que se fazia o teste; far-se-á o teste. E se, hipoteticamente, o teste demonstrar que não é viável eliminar a rotunda do “Soldado Desconhecido”, o que estou plenamente convencido que não vai acontecer, mas se isso acontecer, em termos de execução da obra, a única diferença é que, em vez de se executar as guias ao nível do passeio, executam-se as guias ao nível do pavimento, portanto, estamos a falar de uma alteração, absolutamente, irrelevante, sob o ponto de vista do custo da obra, e insignificante, sob o ponto de vista do desenho, mas profundamente relevante, sob o ponto de vista final, de termos uma avenida que respeita, efetivamente, todo o património envolvente, ou ter uma avenida que é um cruzamento de estradas como o que acontece atualmente.”*

**08-ASSUNTO:** MINUTA DE CONTRATO DA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO EIXO BARROCO” (COD 41)

Presente proposta de deliberação n.º 603/41/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos da aplicação conjugada dos artigos 36º, n.º 1 e 98º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/2009, de 2 outubro, seja aprovada a minuta de contrato a celebrar com a firma Francisco Pereira Marinho e Irmãos, S.A., para execução da empreitada “Requalificação do Espaço Público do Eixo Barroco”.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e o voto contra do vereador do Partido Socialista, senhor Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Para além das razões que me levaram a votar contra a ratificação da adjudicação desta obra, sintetizadas no desacordo*

Presidente

Secretária

*fundamental sobre o conteúdo e alcance de tal investimento, por excessivo, despropositado e inoportuno, acrescento o teor das reclamações que foram apresentadas, nas quais se encontram alguns fundamentos que mereciam, no meu entender, um outro tipo de atitude que não fosse a do júri ter, simplesmente, negado procedência a esses mesmos fundamentos. Todas as razões que foram apresentadas, exigiriam, pelo menos, não uma mera e simplista informação do júri, que foi o responsável pela decisão, mas um tratamento cuidado de análise e decisão produzida por uma equipa independente, constituída por dois ou três técnicos externos, para fazer a apreciação dessas reclamações, dado o carácter excecional e melindroso desta obra, a exigir cuidados e procedimentos excecionais, que não foram tomados. Daqui a razão do nosso voto contra.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: “O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro não tem qualquer razão nessa referência, porque legalmente o júri procedeu à avaliação das propostas, procedeu à audiência prévia, que é uma competência que o Código dos Contratos Públicos dá ao júri e por último deu as respetivas respostas.”

**09-ASSUNTO:** MEMORANDO APRESENTADO PELO SENHOR SÉRGIO PEDRO DA RUA CAPELA, COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE COMODATO (COD 04)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 604/04/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara a qual refere que, tendo presente o memorando apresentado pelo senhor Sérgio Pedro Rua Capela, com vista à celebração de um contrato de Comodato, referente à utilização de prédios sítos na freguesia de Magueija, e tendo em conta que o senhor Dr. João de Almeida, doou em testamento, ao Município de Lamego, vários prédios rústicos e urbanos, sítos na supra citada freguesia, como condição de ser criada uma unidade agronómica e campo experimental, com o objetivo de avaliar as potencialidades agronómicas da região serrana, de maneira a que os agricultores desta região sejam devidamente elucidados para obterem maiores rendimentos das suas culturas, propõe à Câmara Municipal a apreciação do respetivo memorando.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, rejeitar o memorando apresentado pelo senhor Sérgio Pedro Rua Capela, com vista à celebração de um contrato de Comodato, por considerar insatisfatória a fundamentação da proposta

Presidente

Secretária

apresentada pelo proponente, através do memorando, devendo, assim, prosseguir o processo judicial em curso, devendo dar-se conhecimento à mandatária do Município.

#### **10-ASSUNTO: NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO (COD 27)**

Presente proposta de deliberação n.º 601/27/10 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, nos termos do disposto no artigo 48º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e no uso da competência delegada pela alínea b) do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e após análise da proposta apresentada pelo concorrente Jorge, Victor, Neto, Fernandes & Associados, seja nomeado como Auditor Externo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Jorge, Victor, Neto, Fernandes & Associados, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, o senhor Dr. José Alberto Figueira da Fonseca Lima – ROC. N.º 1075, em representação da Sociedade.

Mais propõe que seja remetida para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e a abstenção do Vereador do Partido Socialista, senhor Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Opto pela abstenção nesta proposta, por entender que, dadas as circunstâncias de ser uma matéria relevante para o controlo, fiscalização e posterior apreciação das contas, e das respetivas execuções orçamentais do nosso Município, se deveria ter optado por uma consulta a três entidades de Revisores Oficiais de Contas, e não, apenas, a uma, como aconteceu neste caso.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: *“A adjudicação cumpre o estabelecido no Código dos Contratos Públicos, o trabalho desta sociedade tem sido absolutamente satisfatório, o valor dos honorários é relativamente homogéneo entre as diversas empresas e depende essencialmente do volume de atividade financeira da instituição e do tipo de relatório a apresentar que são os previstos na lei e, portanto, não vemos necessidade de fazer qualquer alteração nesta matéria, mas fá-la-emos quando a limitação do mandato que a lei prevê, se vier a verificar.”*

Presidente

Secretária

**11-ASSUNTO: CRIAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA PARA O PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 14)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 605/14/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para seja ratificado o seu despacho, datado de 22 de novembro de 2012, no qual autorizou a criação de uma conta na instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, que se destinará exclusivamente ao recebimento e pagamentos das verbas do PAEL.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Sendo esta proposta uma decorrência natural do PAEL para o Município de Lamego, e sendo o endividamento excessivo da Câmara uma responsabilidade exclusiva da atual coligação PSD/CDS, tudo quanto diga respeito a esta matéria, mesmo em termos de gestão corrente do processo, deve recair sobre os seus diretos responsáveis, e não outros, como o PS, que em nada contribuíram para a atual situação calamitosa da Câmara Municipal de Lamego. Daqui a razão da nossa abstenção.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *“Sendo uma evidência que o PS em nada contribuiu para os projetos e investimentos efetuados no concelho e que justificaram, e a nosso ver justificaram bem, o endividamento atual do município, já não é verdade que não sejam responsáveis por 12 milhões de euros de dívida municipal que transitou para o anterior executivo, sendo 5 milhões de euros de dívida à banca e 7,2 milhões a fornecedores, conforme resultou da auditoria financeira efetuada às contas do município a 31 de Outubro de 2005. Essa, sim, foi e continua a ser uma dívida injustificada e injustificável.”*

**12-ASSUNTO: ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONSULTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 14)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 606/14/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para seja ratificado o seu despacho, datado de 22 de novembro de 2012, no qual autorizou a abertura de procedimento para consulta às várias instituições bancárias, de contratação de empréstimo de médio e longo prazo no montante de até 4.000.000,00 €, no âmbito do processo de saneamento financeiro, incluindo o PAEL, e notificar a Caixa geral de Depósitos da

Presidente

Secretária

manutenção da proposta apresentada com referencia 1669/11-DBI, instruída também no âmbito do processo financeiro em novembro de 2010.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Sendo esta proposta uma das resultantes do endividamento excessivo da Câmara e, portanto, uma responsabilidade exclusiva da atual coligação PSD/CDS, tudo quanto diga respeito à gestão corrente dos processos para a sua imperiosa resolução deve recair sobre os seus diretos responsáveis, e não outros, como o PS, que em nada contribuíram para a atual situação calamitosa da Câmara Municipal de Lamego. Daqui a razão da nossa abstenção.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *“Sendo uma evidência que o PS em nada contribuiu para os projetos e investimentos efetuados no concelho e que justificaram, e a nosso ver justificaram bem, o endividamento atual do município, já não é verdade que não sejam responsáveis por 12 milhões de euros de dívida municipal que transitou para o anterior executivo, sendo 5 milhões de euros de dívida à banca e 7,2 milhões a fornecedores, conforme resultou da auditoria financeira efetuada às contas do município a 31 de Outubro de 2005. Essa sim, foi e continua a ser uma dívida injustificada e injustificável. Da mesma forma que o atual e o anterior executivo estão a pagar as dívidas contraídas pelos executivos socialistas, caberá a este e aos futuros executivos liquidar as dívidas que, com responsabilidade, estamos atualmente a contrair, para financiamento de projetos de desenvolvimento do concelho de Lamego.”*

### **13-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DA FEIRA (COD 25)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 607/25/12 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, a qual refere que após ter decorrido o período de Verão, foram suspensas as Feiras que se realizavam no 1º sábado de cada mês, as quais haviam sido autorizadas por deliberação da Câmara de 15.11.2012.

Esta suspensão esteve dentro do espírito da deliberação da Câmara, ou seja as Feiras do 1º sábado realizar-se-iam por um período experimental, excluindo o período de Inverno, dado não haver movimento que justificasse essa realização e estarmos ainda a utilizar um espaço transitório.

Presidente

Secretária

Atendendo ao momento económico que atravessamos e tendo em conta o movimento que cria na cidade a realização destes eventos, bem como tendo em conta o período do ano em que estamos – época de Natal, propõe à Câmara que autorize a realização da “Feira Semanal” no próximo dia 15 de dezembro de 2012 (sábado), no horário normal da sua realização (07h00 – 13h00) e no espaço habitualmente destinado à Feira Semanal.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**14-ASSUNTO: PROPOSTA DE PUBLICIDADE (COD 53)**

**REQUERENTE:** RECLACAMBRA, PUBLICIDADE E SERVIÇOS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 608/53/12 do senhor Vereador Desenvolvimento Económico, que surge no seguimento da deliberação da Câmara de 10.07.2012 e da proposta de deliberação nº 363/53/2012 de 09.07.2012, vem informando o seguinte:

1. A Empresa de publicidade Reclacambra, publicidade e serviços, Lda., apresentou oportunamente a proposta de afixação de publicidade aqui referida;
2. A empresa Reclacambra Lda., propunha-se como contrapartida oferecer ao Município 100 unidades de placas de sinalética de rua, como exemplo constante da proposta, para além do pagamento das respetivas taxas;
3. A proposta de ocupação de espaço público para a utilização destes equipamentos destinados a publicidade era de 5 (cinco) anos;
4. A ideia que havia sido transmitida é que esta publicidade seria para publicitar a abertura de uma grande superfície em Lamego, nomeadamente o Modelo-Continente;
5. Contactada a empresa de publicidade Reclacambra, percebeu-se que a ideia era não só propor à empresa Modelo-Continente a “venda” daqueles espaços, como propor a outras empresas, posteriores utilizações daqueles espaços a instalar;
6. A proposta apresentada configura uma concessão, por cinco anos, de espaços públicos destinados à implementação de equipamentos urbanos, para a prática da atividade de publicidade e não uma utilização casual e como tal temporária;

Face ao exposto e de acordo com o Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, propõe à Câmara Municipal o indeferimento do referido pedido, dado que para a implementação da proposta apresentada teria a mesma de ser

Presidente

Secretária

sujeita a um procedimento de concurso público, na modalidade e condições que viessem a ser definidos pela Câmara, no respetivo caderno de encargos.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada pela empresa Reclacambra Lda., conforme proposto.

**15-ASSUNTO:** PUBLICIDADE NA CIDADE DE LAMEGO – MUPIS – CONTRATO CELEBRADO COM A CELEUMA-MULTIMÉDIA, LDA. (COD 53)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 609/53/12 do senhor Vereador Desenvolvimento Económico, a qual refere que, em 26.04.2001, foi realizada uma “Hasta Pública para a concessão de instalação de “Mupis” e exploração da respetiva publicidade na Cidade de Lamego”.

Após ter sido homologada em reunião de Câmara de 28.05.2001 a ata da referida Hasta Pública, foi celebrado em 12.07.2001 o respetivo Contrato entre o Município de Lamego e a empresa Celeuma Multimédia Lda., de Viseu, ficando, assim, formalizada a autorização de instalação e exploração de publicidade dos “Mupis”.

O Contrato era válido por um período de 5 anos, sendo estabelecido o valor de 10.000.000\$00, dez milhões de escudos, (49.879,78 Euros) repartidos por 5 prestações anuais de 2.000.000\$00, dois milhões de escudos, (10.000,00 euros), com início em Julho de 2001 e sujeito a uma atualização anual com base no coeficiente de atualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, publicado anualmente no Diário da República.

O contrato poderia ser renovado “uma vez só” por igual período.

Conforme estabelecido no caderno de encargos respeitante ao concurso efetuado e como tal parte integrante do Contrato, a concessão então autorizada, dizia respeito à exploração de publicidade em 25 “Mupis”, no concelho de Lamego, sendo que 13 deveriam ser fornecidos pela Câmara Municipal e os restantes 12 seriam colocados por conta do adjudicatário, sendo que estes reverteriam, no final do contrato, para a Câmara Municipal de Lamego.

O adjudicatário – Celeuma Multimédia Lda., procedeu em 12.07.2001 ao pagamento da primeira prestação anual no valor de 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos), não tendo efetuado, até esta data, qualquer outro pagamento, mesmo notificado por várias vezes para que o fizesse.

Tendo sido, novamente, notificada a empresa Celeuma Multimédia, Lda., com carta registada datada de 09.10.2012, a fim de proceder ao pagamento das prestações



Presidente

Secretária

anuais em atraso e regularizar a situação contratual com esta Câmara, veio a Celeuma através dos seus advogados, responder evocando situações de incumprimento por parte da Câmara no referido contrato.

Face a este impasse e dado que ao longo deste tempo a Câmara não recebeu qualquer outra prestação anual para além da que recebeu em Julho de 2001, como estabelecido no contrato e estando em causa o interesse público, propõe à Câmara que:

1. Nos termos do contrato outorgado com a empresa Celeuma Multimédia, Lda., em 12 de Julho de 2001, em virtude de estar já ultrapassado o prazo contratual, a Câmara delibere no sentido do projeto de decisão, de cessar o “Contrato para a Concessão da Instalação de Mupis e Exploração da respetiva publicidade na Cidade de Lamego”;
2. Mais propõe que, de acordo com o respetivo contrato, a Câmara delibere no sentido da publicidade ser retirada pela concessionária no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de, não o fazendo, a Câmara a substituir nessa retirada, debitando-lhe as despesas inerentes, sendo que, nos termos do ponto 11.4 do Caderno de Encargos, parte integrante do Contrato, todos os “Mupis” devem reverter para a Câmara de Lamego, não podendo a concessionária requerer qualquer indemnização, em virtude dessa reversão;
3. Propõe, ainda, que a Câmara delibere notificar a concessionária Celeuma Multimédia, Lda., para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias úteis, no termos do artigo 101º do CPA.

**Deliberado:** Aprovado, por unanimidade, nos precisos termos propostos.

**16-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE PLACAS SINALIZADORAS DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE QUEIMADA, QUEIMADELA, TÕES E S. ROMÃO (COD 53)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 610/53/12 do senhor Vereador Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento da pretensão do senhor Presidente da Direção do Centro Social, solicitando autorização para colocação de quatro placas sinalizadoras/orientadoras da sede, duas na freguesia de Valdigem (uma na zona superior da variante desta localidade, no sentido Régua/Armamar e outra na rotunda à saída da Ponte Velha da Régua), duas na cidade de Lamego

Presidente

Secretária

(uma na rotunda do seminário, orientada para a variante de Alvelos, e, ainda, outra junto à cabine elétrica de Alvelos no sentido de Alvelos/Figueira).

Mais solicitam que estas placas sejam colocadas nos suportes já existentes, onde constam os nomes das localidades com a mesma direção da localização deste centro.

Salienta-se que existem pendentes outros pedidos para este tipo de sinalização, pelo que deverá haver algum cuidado nas autorizações a conceder, sob pena de se assistir, posteriormente, a uma enorme proliferação de sinais informativos/publicitários.

Assim, propõe que o Executivo analise e delibere sobre este assunto em apreço.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada pela requerente, pelas seguintes razões:

- 1- No que respeita à localização junto à saída da Ponte Velha da Régua, sendo matéria da competência das Estradas de Portugal, carece de emissão de parecer desta entidade;
- 2- Relativamente à colocação da sinalética na cidade, deverão ser colocadas placas indicativas das freguesias de Figueira e Valdigem, dada a distância a que se encontra o Centro Social;
- 3- No cruzamento à entrada da freguesia de Figueira, caso a Junta de Freguesia concorde, a Câmara não vê qualquer inconveniente na colocação de uma placa indicativa do Centro Social.

#### **17-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO CARTÃO DE VENDEDOR AMBULANTE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD 51)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 611/51/12 do senhor Vereador Desenvolvimento Económico, referindo que havendo necessidade de emitir novos cartões para a atividade de Vendedor Ambulante, destinados à área do Município de Lamego, propõe à Câmara que seja aprovado o novo modelo em substituição do modelo antigo.

Este modelo agora proposto será emitido provisoriamente e até que sejam adotados os novos modelos a emitir no âmbito da aplicação do Dec Lei nº 48/2011, de 1 de abril, designado pelo “regime do licenciamento zero”, a implementar até 2 de Maio de 2013.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

**18-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE SANDE (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 612/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 723/DMSU, de 5 de novembro de 2012, delibere pela colocação da seguinte sinalização de trânsito na freguesia de Sande:

- 2 sinais verticais de estacionamento proibido (C15) – um no início e outro no meio da Rua do Reguengo, no lugar da Quinta do Cabo, do lado direito.

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98, de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002, de 20.08.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**19-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO XVI PASSEIO TODO O TERRENO SERRAS DO DOURO 2012 (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 613/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja ratificado o seu despacho, datado de 16 de novembro de 2012, no qual autorizou a realização do “XVI Passeio Todo o Terreno Serras do Douro”, com passagem nas vias sob a jurisdição deste Município, nos dias 18 e 25 de novembro de 2012.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata do seguinte assunto, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-lo.

**20-ASSUNTO: EDIFÍCIO EM RUÍNAS (COD 42)**

**REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ

**PROPRIETÁRIO:** NORBERTO DOS SANTOS

**LOCAL:** LUGAR DO EDIFÍCIO DO TURISMO – SÉ

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 614/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual é proposto à Câmara Municipal que seja deliberado ser sua intenção vir a determinar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, tomar posse administrativa do imóvel a que se reporta o auto de vistoria n.º 91, de 12 de novembro de 2012, sito no local supra identificado, com vista à execução coerciva das obras de demolição total ali propostas, nos termos do disposto nos artigos 107.º e 108.º do mesmo diploma legal, por remissão do disposto no n.º 2 do citado artigo 91.º, precedida da sua audiência prévia do proprietário supra identificado, nos termos do disposto no artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, aplicável por remissão do artigo 122.º do RJUE.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveu-se para intervir o seguinte munícipe:

1- Dimas da Piedade Francisco, Cepões;

Tomou a palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** para chamar a atenção da Câmara Municipal para o facto de que a colocação das passadeiras junto do supermercado E' Leclerc, não está correta, pois, em sua opinião, considera não ser necessária a existência de tantas passadeiras naquele local.

Por fim, insistiu na correção do lapso que cometeu quando solicitou a indemnização no valor de 1500 €, quando deveria ter pedido 2000 €, tal como constava da fatura e por isso pediu, novamente, a ultrapassagem desse engano, através do pagamento dos 500 €, em falta.

Quanto ao primeiro assunto, o senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Dimas da Piedade Francisco que os serviços da DMSU irão ao local e analisar a situação.

Presidente

Secretária

Quanto ao pedido de indenização disse que o assunto tinha sido resolvido de acordo com a quantia que solicitara, pelo que, o assunto tinha de ser analisado pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, autor do ato praticado.

**21-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**22-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária